



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE
Comissões Técnicas




DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 63 do Regimento Interno, designo como relatora do Projeto de Resolução Legislativa nº06/2019, a Vereadora Elzinha Mendonça para que apresente parecer em até sete dias.

Rio Branco/AC, 26 de março de 2019.


Vereador Rodrigo Forneck
Presidente da CCJRF

MANIFESTO CIÊNCIA
da relatoria designada acima, em
09/07/2019.


Vereadora Relatora

PARECER Nº 18/2019/CCJRF e CMA

Autoria: Vereador Mamed Dankar

Relatoria: Vereadora Elzinha Mendonça

I - RELATÓRIO

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL** conjuntamente com a **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE** apreciam o Projeto de Resolução Legislativa nº 06/2019, de iniciativa do Vereador Mamed Dankar que altera o art. 43, parágrafo único, VI, e o art. 75-B, caput, da Resolução nº 243/1990 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Branco).

Projeto de Resolução juntado à fl. 02 e justificativa da propositura à fl. 03.

Extraí-se que a intenção do projeto é alterar o nome da Comissão de Meio Ambiente para Comissão de Meio Ambiente, Agropecuária e Regularização Fundiária.

A Procuradoria Legislativa emitiu parecer pela aprovação, com destaque para saneamento de vício formal e com sugestão de emenda.

É o necessário a relatar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Resolução nº 06/2019 se enquadra na competência da Câmara Municipal de Rio Branco para elaborar o seu regimento interno, conforme art. 24, II, da Lei Orgânica, em simetria com os arts. 51, III, e 52, XII, da Constituição Federal e art. 44, II, da Constituição Estadual.

O então vício formal na apresentação indicado pela Douta Procuradoria foi sanado à fl. 09 com subscrição de outros seis parlamentares. Atendido portanto o que prescreve o artigo 234, inciso I do Regimento Interno.

Pois bem. Há muito tempo a agropecuária desempenha um papel de grande importância no cenário da economia local, além disso, foi uma das primeiras atividades econômicas a serem desenvolvidas no país.

A história nos relembra a importância de mantermos o meio ambiente equilibrado e sustentável, em paralelo com o desenvolvimento de atividades econômicas. Passamos pelos Ciclos da Borracha e vimos a pecuária extensiva conquistar espaço a partir das décadas de 60 e 70. Nosso município convive com intensa prática agropecuária, e é responsável pelo abastecimento do mercado interno, além de promover exportações.

O agronegócio é um eixo econômico incansavelmente alvo das últimas e atuais gestões públicas. Além de ser responsável pelo desenvolvimento e progresso socioeconômico local, é importante mecanismo de prevenção à criminalidade. O fomento a esta área é, sem dúvida, importante e merece a atenção do Legislativo.

De outro giro, nosso município convive diariamente com ocupação de terrenos sem a devida legalidade. Além de prevenir é necessário regularizar as áreas já ocupadas. Nesse sentido, a regularização fundiária também merece nossa atenção.

Aliás, destaco que a denominada regularização fundiária é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos

irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A regularização fundiária é também um instrumento para promoção da cidadania, devendo ser articulada com outras políticas públicas. Nessa perspectiva, para orientar a utilização desse instrumento, a Lei nº 11.977/2009 estabeleceu os seguintes princípios:

- I – ampliação do acesso a terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental;
- II – articulação com as políticas setoriais de habitação, de meio ambiente, de saneamento básico e de mobilidade urbana, nos diferentes níveis de governo e com as iniciativas públicas e privadas, voltadas à integração social e à geração de emprego e renda;
- III – participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização;
- IV – estímulo à resolução extrajudicial de conflitos; e
- V – concessão do título preferencialmente para a mulher.

Existem dois tipos de regularização fundiária: de interesse social, quando a área é ocupada predominantemente ocupada por população de baixa renda e atende a pelo menos um dos três requisitos previstos no inciso VII do art. 47 da Lei 11.977/2009; e de interesse específico, quando o assentamento não é enquadrado nos critérios acima. Seja ela qual for, o interesse do Legislativo em acompanhar as ações e promover o auxílio necessário ao pleno direito é cristalino e legítimo.

O projeto não viola preceitos constitucionais ou legais, inexistindo óbice jurídico para a alteração do nome de comissão permanente desta Casa Legislativa, bem como apresenta relevante teor à municipalidade e ao interesse público.

Por fim, apenas atenta à legística, apresento emenda modificativa a ementa para que tenha a seguinte redação:

Altera o nome da Comissão de Meio Ambiente para Comissão de Meio Ambiente, Agropecuária e Regularização Fundiária.


São os fundamentos que colaciono para manifestação de voto.

III - VOTO

Ante o exposto, em posse das razões colacionadas, voto pela aprovação do Projeto de Resolução Legislativa nº 06/2019, mediante a emenda apresentada.

Submeto aos demais pares.

Rio Branco/AC, 09 de julho de 2019.


Vereadora Elzinha Mendonça
Relatora

"Valorize a vida, não use drogas"



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
COMISSÕES TÉCNICAS



TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL – CCJRF
PARECER Nº 18/2019/CCJRF e CMA

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereador Artêmio Costa Membro Titular	<i>Pelo conclusões</i>	<i>M. Costa</i>
Vereador Eduardo Farias Membro Titular	<i>Pelo conclusões</i>	<i>Eduardo Farias</i>
Vereador Rodrigo Forneck Membro Titular	<i>Pelo conclusões</i>	<i>R. Forneck</i>
Vereador N. Lima Membro Titular	<i>co-relatores</i>	<i>N. Lima</i>
Vereador Célio Gadelha Membro Suplente	_____	_____
Vereador Jakson Ramos Membro Suplente	<i>Pelo conclusões</i>	<i>J. Ramos</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
COMISSÕES TÉCNICAS



TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL – CMA
PARECER Nº 18/2019/CCJRF e CMA

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereadora Sandra Asfury Membro Titular	_____	_____
Vereador José Carlos Juruna Membro Titular	<i>em emenda ções</i>	
Vereador N. Lima Membro Titular	<i>Por o relatores</i>	
Vereador Raimundo Neném Membro Titular	<i>Pelo emendação</i>	
Vereador Mamed Dankar Membro Suplente	<i>PELAS CONCLUSÕES</i>	
Vereador Célio Moreira Membro Suplente	_____	_____



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE
Comissões Técnicas




CERTIDÃO

Certifico que o Projeto de Resolução Legislativa nº 06/2019 foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJRF e na Comissão de Meio Ambiente - CMA; em reunião conjunta realizada neste dia, presidida pelo Vereador Rodrigo Forneck.

É a verdade que certifico.

Rio Branco/AC, 09 de julho de 2019.


Willian Pollis Mantovani
Chefe – Setor de Comissões Técnicas
Portaria nº 46/2019

DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 79 do Regimento Interno, exaurida a tramitação no âmbito das Comissões Técnicas, remeto o Projeto de Resolução Legislativa nº 06/2019 e seu respectivo parecer conjunto com votos à Mesa Diretora para inclusão na Ordem do Dia.

À Diretoria Legislativa.

Rio Branco/AC, 09 de julho de 2019.


Willian Pollis Mantovani
Chefe – Setor de Comissões Técnicas
Portaria nº 46/2019

ACUSO RECEBIMENTO, em
09/07/2019.

Diretoria Legislativa